

A equação da dívida *externa*

O BRASIL passou por um teste de força importante na última reunião do Fundo Monetário Internacional, em Washington, e nos encontros paralelos com empresários e banqueiros credores na capital americana e em Nova York.

TENDO uma estratégia definida para a dívida externa — que não inclui o confronto, mas sim o pagamento dentro das reais possibilidades do País — os representantes brasileiros apresentaram argumento irrefutável: para pagar, o Governo precisa, antes de mais nada, fazer caixa. É com esse dinheiro que poderá adquirir de exportadores e investidores os dólares que estejam sobrando no mercado para efetivar os pagamentos no exterior.

FAZER caixa significa ter superávit operacional nas contas, do setor público. Há pouco mais de seis meses, tínhamos déficit equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Em maio, com o novo Governo, as contas se equilibraram. Já no mês seguinte iniciou-se uma sucessão de superávits. Encargos financeiros da dívida interna foram reduzidos drasticamente; ativos e patrimônio público alienados; funcionários e servidores dispensados ou postos em disponibilidade; salários dos servidores drasticamente contidos; repartições e órgãos extintos; imóveis alugados de-

volvidos; impostos cobrados, especialmente os de caráter excepcional, incidentes sobre operações financeiras; cobrança rigorosa de débitos de Estados e Municípios; suspensão de incentivos fiscais e subsídios; realidade nas tarifas e preços públicos.

ENFIM, fez-se tudo que era possível, e algo mais, para eliminar o déficit de uma só vez. Tamanho esforço deve resultar em um superávit da ordem de 0,5% do PIB em 1989, sem contar com os recursos do programa de privatização que, por lei, terão que ser destinados à amortização da dívida interna. Trata-se de esforço monumental, sem precedente no País. Mesmo assim, o saldo ainda é insuficiente para que o Brasil volte a remeter para o exterior o equivalente a 3% do PIB.

ANTES de 15 de março de 1990, o Governo simplesmente emitia cruzeiros para comprar os dólares necessários para pagamento dos seus compromissos externos. Pagavam-se então os juros da dívida com inflação. E esta debilitava progressivamente a economia brasileira, tornando cada vez mais remota a hipótese de um dia o Brasil vir a quitar o principal da dívida.

A DECISÃO, francamente anunciada aos credores, de hon-

rar os débitos, mas dentro de um processo de recuperação da economia brasileira, tem, como se vê, um mérito singular: nenhuma outra era possível.

E AS perspectivas são promissoras. Já em 1991, devido aos ajustes feitos em 1990, aos novos impostos e à extinção de incentivos fiscais, o superávit nas contas públicas tende a aumentar. Sobrará mais caixa para comprar dólares e fazer face a compromissos no exterior.

O GOVERNO brasileiro sabe que este não é o melhor dos mundos para os credores. Mas estes também não podem ignorar sua responsabilidade nos erros que levaram a dívida à situação atual. O entendimento a ser buscado deve ter como meta o menor prejuízo possível para os credores, combinado com a preservação do programa de recuperação.

A ECONOMIA brasileira já não exerce a mesma atração de antes junto a investidores e bancos internacionais. Mas também não se pode desprezar um País que gera internamente um produto de US\$ 350 bilhões e uma corrente de comércio com o exterior quase da ordem de US\$ 60 bilhões anuais e que está cada vez mais voltado para a integração na economia mundial.